



RESISTIR E AVANÇAR

Seminário aponta rumo da Campanha Salarial de 2022

Resistir e avançar. Essa foi a tônica do seminário que deu a largada na Campanha Salarial dos Vigilantes de Minas Gerais de 2022, realizado no dia 23 de setembro.

O encontro, transmitido pela internet, por conta das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, reuniu diretores do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais e dirigentes de entidades representativas da categoria em Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba e Uberlândia.

As palestras sobre as conjunturas política e econômica do país ficaram por conta da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada (Contrasp), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos em Minas Gerais (Dieese-MG).

“Foi um seminário bastante produtivo, no qual debatemos a difícil situação



que o Brasil atravessa e os desafios da classe trabalhadora nesse momento. Lógico que o debate não produziu uma fórmula mágica, que irá resolver tudo pra gente. Mas, certamente, nos deu um norte, apontou o caminho a ser seguido. Ou seja, resistir e avançar”, disse o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais, Edilson Silva, que conduziu os trabalhos.

Segundo ele, é tarefa dos vigilantes compreenderem seu papel nesse processo, cujo resultado

será uma Convenção Coletiva com validade de um ano. “Estamos deflagrando a campanha com mais de três meses de antecedência da data-base da categoria, que é 1º de janeiro. Ou seja, tempo mais do que suficiente para que todos participem da construção e aprovação da pauta de reivindicações, assembleias, negociações e compreendam o tamanho, importância e dificuldades da luta”, acrescenta Silva.

Por fim, o dirigente ressalta a unidade das entidades representativas dos

vigilantes em Minas nesse início da Campanha Salarial. “Com a união de todos os sindicatos e dos trabalhadores do estado, começamos nossa jornada mais fortes”.

Assembleia

A primeira assembleia Campanha Salarial com os trabalhadores(as), para aprovação da pauta de reivindicações, será dia 19/10, às 19h, pelo Facebook e YouTube do Sindicato. Participe!

Clube dos Vigilantes está funcionando com todos os cuidados de prevenção à Covid

O Clube dos Vigilantes de Minas Gerais, em Contagem, está funcionando a todo vapor, com todos os protocolos de prevenção à Covid-19.

Aproveite os dias quentes da primavera e venha usufruir de toda a infraestrutura que o Clube oferece. Aos sábados, não perca a tradicional “Pelada dos Vigilantes”, das 10h às 12h, na moderna Arena de Futebol.

Convites para o Clube também estão liberados, sendo três para cada associado. Adquirir já o seu na sede do Sindicato, com 50% de desconto, ou na portaria do Clube, pelo preço normal. Informações: (31) 3270-1300.



Diretoria do Sindicato toma posse para a gestão 2021-2025



Edilson Silva, presidente reeleito para mais um mandato

A Diretoria do Sindicato, eleita para a gestão 2021-2025, tomou posse no dia 16 de setembro.

A Chapa 1 - "Vigilantes Unidos na Luta - Experiência para Avançar", encabeçada por Edilson Silva, venceu as eleições sindicais com 99,5% dos votos.

A votação, em segunda convocação, foi realizada nos dias 10 e 11 de agosto, na sede do Sindicato, em Belo

Horizonte, e por meio de urnas itinerantes, que percorreram locais de trabalho na capital e interior.

"A todos que nos honraram com seu voto e nos confiaram mais um mandato, nossos sinceros agradecimentos. Continuaremos firmes nas lutas em defesa dos direitos e interesses da nossa valorosa categoria", agradeceu o presidente do Sindicato, Edilson Silva.

Adilson é reeleito presidente nacional da CTB e Valéria vice

O presidente nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Adilson Araújo foi reeleito para mais um mandato à frente da Central, durante seu 5º Congresso, realizado entre os dias

12 e 14 de agosto, em São Paulo. A presidenta da CTB Minas, Valéria Morato, foi eleita vice-presidenta nacional da CTB e o presidente do Sindicato, Edilson Silva, passou a integrar a Direção Plena.

Nova decisão do STJ é mais um passo para a Aposentadoria Especial

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) retomou, no dia 23 de setembro, o julgamento do Tema 1031, que trata da Aposentadoria Especial para os vigilantes que trabalham armados ou não.

Na audiência, o STJ finalizou o julgamento dos

embargos de declaração propostos pelo IEPREV e pelo INSS. Esses embargos visavam esclarecer um ponto omissivo quanto à comprovação da atividade especial após o ano de 1995.

A decisão do STJ foi favorável aos trabalha-

dores. Mas, como o acórdão ainda não foi publicado, o Sindicato informará os detalhes do julgamento em seu site, redes sociais e no Programa Voz do Vigilante MG, que vai ao ar sempre às terças-feiras, às 19h, no Facebook e YouTube da entidade. Se liga!

Medida Provisória 1045: Senado barra nova "reforma trabalhista"

O Senado derrubou, no dia 1º de setembro, a perversa reforma trabalhista proposta pelo governo Bolsonaro, embutida sorrateiramente na MP 1045 por meio de "jabutis" instalados pelo relator da matéria na Câmara Federal, a pedido do governo. Foram 49 votos contra e 27 a favor.

Se a proposta do governo fosse aprovada, o novo golpe no Direito do

Trabalho seria equivalente ou ainda maior do que a reforma trabalhista imposta no governo Temer.

A pressão dos vigilantes, do Sindicato, da CTB, do conjunto do movimento sindical brasileiro, entidades, políticos e personalidades que defendem os direitos sociais deu certo. Essa é uma importante vitória para a classe trabalhadora. Basta de retrocessos e retirada de direitos.



Trabalhadores devem se mobilizar pela criação do Estatuto do Vigilante

O Projeto de Lei que cria o Estatuto do Vigilante (PL 1043/2021), de autoria do deputado federal Marcelo Freitas (PSL-MG), já está na Comissão de Trabalho da Câmara Federal para ser discutido.

Esse é o primeiro passo rumo à aprovação. Se passar pelas quatro comissões da Câmara, o projeto não precisará ir a votação em plenário.

O projeto possibilita a criação de emprego, valoriza os profissionais de segurança privada e aprova o tão sonhado porte de arma para defesa pessoal dos vigilantes.

Para que seja aprovado pela Comissão de Trabalho, é importante que os trabalhadores se mobilizem e entrem em contato com relator do projeto, deputado Abou Anni

(PSL-SP), pedindo que ele apresente rapidamente o relatório favorável à Criação do Estatuto, demanda urgente da categoria.

Os contatos do parlamentar são:

- Telefone celular: (11) 9-9938-9470
- Telefone do gabinete: (61) 3215-5339
- E-mail: dep.abouanni@camara.leg.br

Sindicato aciona a Justiça contra transformação de bancos em agências de negócios

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais tem atuado firmemente contra a transformação de agências bancárias em postos de negócios, feita por bancos como o Bradesco e Santander.

Para barrar essa mudança, o Sindicato contratou o advogado trabalhista Mário Casaverde, que ingressou com ações na Justiça. Nas duas primeiras audiências, realizadas no dia 28 de setembro, não houve acordo e novas reuniões foram marcadas para 16/10/2021 (Santander) e 24/05/2022 (Bradesco).

“Nas audiências, o Sindicato reiterou o pedido de antecipação de tutela feito nas ações, para que a Justiça determine a imediata reintegração dos vigilan-



Advogado Mário Casaverde participou do Programa Voz do Vigilante MG de 21/9 e falou sobre os processos que o Sindicato tem movido contra as agências de negócios

tes demitidos ao trabalho, até que os casos sejam julgados, diante das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para manter seu sustento e de sua família, além do risco iminente à segurança dos usuários e trabalhadores dos bancos”,

explicou o secretário-geral do Sindicato, Romualdo Alves Ribeiro.

Para Mário Casaverde, além de lutar pela preservação de postos de trabalho para os vigilantes, também estão em jogo nessa questão tão impor-

tante a segurança dos trabalhadores bancários e dos clientes dos bancos. “Trata-se de um direito coletivo, que o Sindicato tem, por princípio maior, proteger e defender, seja do ponto de vista das cláusulas do contrato ou da preservação

dos empregos”.

Camuflagem

De acordo com o advogado, ao camuflar as agências bancárias, chamando-as de agências de negócios ou de outro nome, os bancos “estão fraudando e cortando postos de trabalho sem poder, de fato e de direito, fazer isso”.

“Ainda que venham a ter o nome de agência de negócios, essas agências são bancos. Portanto, têm que ser tratadas como tal, conforme dispõe a Lei 7.102. E a figura do vigilante, que surge com essa lei, com treinamento e especialização, é especificamente para dar segurança e proteger as agências e as pessoas que ali frequentam e trabalham”, afirma.

Sindicato vence ações e resgata direitos a trabalhadores em jornada intermitente

Outro tema de grande interesse dos trabalhadores e trabalhadoras, e que tem gerado muitas dúvidas, é a jornada de trabalho intermitente - modalidade aprovada na reforma trabalhista, em que o trabalhador fica em casa à disposição da empresa e só recebe as horas trabalhadas.

Além de a promessa do governo, de gerar emprego, não ter se concretizada, a criação da jornada intermi-

tente, na verdade, criou um tipo de jornada que precarizou ainda mais o trabalho, na medida em que algumas empresas, de forma abusiva, além de não pagarem um salário fixo e integral aos contratados, passaram a não conceder a eles benefícios previstos na Convenção Coletiva (CCT), como a cesta básica e os planos de saúde e odontológico. Outras empresas estariam chegando ao absurdo de contratar tra-

balhadores intermitentes para a jornada de 12X36 horas.

Mas, o Sindicato não tem dado mole. Recentemente, a entidade obteve vitória em algumas ações na Justiça do Trabalho, garantindo ao trabalhador intermitente o direito à cesta básica e aos planos de saúde e odontológico.

Em caso de descumprimento à CCT, denuncie ao Sindicato: (31) 3270-1300.

CCT não prevê jornada de trabalho parcial

O Sindicato alerta aos trabalhadores e trabalhadoras que a contratação de vigilantes para jornada parcial de trabalho não está contemplada na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

De acordo com a Convenção, o vigilante deve ser contratado para jornada mensal de 8 horas diárias e 44 horas semanais ou para jornada especial de 12X36 horas, com recebimento do piso

salarial da categoria previsto na cláusula 3ª da CCT.

A contratação por hora ou para jornada inferior à jornada legal somente pode ser feita para cobertura de intervalo intrajornada (horista), das 10h às 15h, ou para trabalho em eventos, de acordo com as normas da Convenção Coletiva.

Em caso de irregularidade na contratação, denuncie ao Sindicato: (31) 3270-1300.

DIA-A-DIA DA CATEGORIA



De olho no patrão!

Sindicato obtém êxito em 10 ações coletivas movidas contra a Esquadra

Desde o fechamento da Esquadra, em janeiro de 2021, o Sindicato não tem medido esforços para assegurar os direitos dos ex-empregados da empresa. Por meio do seu Departamento Jurídico, o Sindicato ingressou na Justiça do Trabalho em Belo Horizonte com 13 processos coletivos, além de uma ação no Sul de Minas.

Os processos têm seguido o trâmite processual normal. Dos 13 processos coletivos de BH, já foram obtidas sentenças em 10 casos, todas procedentes.

As ações que já tiveram sentença estão na fase de recursos. Os demais processos ainda estão em fase de instrução para serem julgados ou

pendentes de sentença.

A Esquadra não tem recorrido das decisões. Porém, todos os tomadoras de serviços têm apresentando recursos.

No caso do processo movido contra a Esquadra e o Banco do Brasil, a Justiça excluiu a responsabilidade do banco, mas o Jurídico do Sindicato está recorrendo da decisão.

Sindicato prepara ações contra Minasguarda e tomadores de serviços

O Sindicato já deu início à distribuição de ações a fim de buscar o pagamento das verbas rescisórias dos ex-empregados da Minasguarda.

Nas ações, o Sindicato vai incluir as empresas tomadoras de serviços que são subsidiariamente responsáveis pelos trabalhadores da empresa, que

fechou nas portas recentemente. Em breve, o Sindicato vai divulgar em seus canais de comunicação a relação dos trabalhadores envolvidos nos processos.

Essencial/Caixa: trabalhadores devem enviar relação de horas extras até 8/10

O Sindicato solicita aos trabalhadores da Essencial Sistema de Segurança, que prestam serviços na Caixa Econômica Federal, que enviem à entidade, o mais breve possível, as informações referentes às horas extras realizadas entre janeiro e agosto desse ano, e não recebidas ou recebidas

parcialmente.

As informações (nome completo, data da hora extra, horário de entrada e saída) devem ser encaminhadas, até o dia 8 de outubro, para o WhatsApp do Sindicato: (31) 9-8477-9450.

Em audiência de mediação realizada pela Superintendência Regio-

nal do Trabalho em Minas Gerais (SRTE-MG), no dia 15/9, entre o Sindicato, a representação da Essencial e da Caixa, o Sindicato ratificou que inúmeros trabalhadores confirmaram que não receberam as horas extras. Outros, teriam recebido apenas parte dos valores a que têm direito.

Ex-empregados da Mérito devem entrar em contato com o Sindicato

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais convoca os ex-empregados da Mérito Segurança para que entrem em contato com a entidade, até o dia 30 de setembro, a fim de repassarem as informações necessárias para saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e habilitação no Seguro Desemprego.

Os dados que deverão ser fornecidos ao Sindicato são: número da Carteira de Trabalho (CTPS); número do CPF; número do PIS; data de admissão e demissão na empresa; e o número da conta bancária.

“Em audiência da 34ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, no dia 15, o Sindicato, por meio de sua assessoria jurídica, obteve junto à Justiça a liberação para que os ex-empregados da Mérito, que até hoje não puderam sacar seu FGTS e nem habilitar-se no Seguro Desemprego, possam exercer tais direitos. Os nomes podem ser conferidos no Facebook e no site do Sindicato: www.ovigilante.org.br”, reforça o coordenador do Departamento Jurídico do Sindicato, Vítor dos Santos.

Mais informações: (31) 3270-1300.

Portal Norte deverá regularizar convênios médico e odontológico

Os planos de saúde e odontológico ofertados pela Portal Norte a seus empregados estão em desacordo com o estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho dos Vigilantes de Minas Gerais

(CCT).

Em reunião da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-MG), foi concedido o prazo de dois meses para que a Portal Norte regularize a situação.



ASSISTA AO PROGRAMA VOZ DO VIGILANTE MG E FIQUE BEM INFORMADO SOBRE TUDO O QUE INTERESSA À CATEGORIA
TODA TERÇA, ÀS 19H, NO FACEBOOK E YOUTUBE DO SINDICATO. REPRISE A PARTIR DE QUARTA, NO SITE: WWW.OVIGILANTE.ORG.BR